



Universidade de Brasília

IH – Instituto de Ciências Humanas

Departamento de Filosofia

**A RELIGIÃO NATURAL NA CONCEPÇÃO DE DAVID
HUME, SIGMUND FREUD E DANIEL DENNETT**

Carlos Henrique Oliveira Barreto

Brasília, dezembro de 2011.



Universidade de Brasília

IH – Instituto de Ciências Humanas

Departamento de Filosofia

Carlos Henrique Oliveira Barreto

**A RELIGIÃO NATURAL NA CONCEPÇÃO DE DAVID
HUME, SIGMUND FREUD E DANIEL DENNETT**

Orientador: Prof. Dr. Hubert Jean-François Cormier

Brasília, dezembro de 2011.

CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA BARRETO

**A RELIGIÃO NATURAL NA CONCEPÇÃO DE DAVID
HUME, SIGMUND FREUD E DANIEL DENNETT**

*Monografia apresentada ao
Departamento de Filosofia como
requisito para aprovação na disciplina
Monografia Filosófica, orientada pelo
Prof. Dr. Hubert Jean-François Cormier.*

Brasília

2011

Carlos Henrique Oliveira Barreto

A RELIGIÃO NATURAL NA CONCEPÇÃO DE DAVID HUME, SIGMUND FREUD E DANIEL DENNETT

Monografia apresentada ao Departamento de Filosofia como requisito para aprovação na disciplina Monografia Filosófica, orientada pelo Prof. Dr. Hubert Jean-François Cormier.

Área de Concentração: Filosofia da Religião.

Orientador: Professor Doutor Hubert Jean-François Cormier – (UnB-FIL)

Comissão Examinadora:

Brasília, dezembro de 2011.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais pelos ensinamentos de toda a vida e pelo carinho incondicional.

Aos meus irmãos Cláudia e Júlio César pelo companheirismo e apoio.

À Universidade de Brasília pela oportunidade de desenvolvimento, crescimento e amadurecimento.

A todos os professores que, durante o curso, ensinaram-me, motivaram-me e, acima de tudo, desafiaram-me.

Ao professor Agnaldo Portugal pela orientação na elaboração do Projeto de Monografia Filosófica e pelas indicações.

Ao professor Hubert Jean-François Cormier pela orientação competente deste trabalho e pelas indicações valiosas.

A todos os amigos verdadeiros que ajudam sempre.

À grande companheira de estrada, Mayra, pelo incentivo contínuo, paciência, cumplicidade e carinho absolutos.

SUMÁRIO

Resumo, 7

Abstract, 8

Introdução, 9

Capítulo I, 11

Capítulo II, 19

Capítulo III, 30

Considerações Finais, 39

Bibliografia, 45

RESUMO

Através do olhar dos pensadores David Hume, Sigmund Freud e Daniel Dennett, acerca da religião natural é possível observar pontos ora congruentes ora divergentes em suas obras. Por meio dos textos *História Natural da Religião*, *O Futuro de uma Ilusão* e *Quebrando o Encanto* pode-se observar o entendimento de cada um deles quanto à religião natural com a sua relação ao meio sociocultural originando, dessa forma, uma análise da visão dos autores quanto à influência e a ação da religião natural na história da humanidade.

Palavras-Chave: religião natural – revelação – sobrenatural

ABSTRACT

Through the glances of thinkers David Hume, Sigmund Freud and Daniel Dennett, about the Natural Religion is sometimes possible to observe points congruent sometimes divergent in their works. Through the texts Natural History of Religion, The Future of an Illusion and Breaking the Spell can observe the understanding of each about the Natural Religion with respect to the socio-cultural environment causing, thus an analysis of the authors' view and action regarding the influence of Natural Religion in Human History.

Keywords: Natural Religion - Revelation – Supernatural

INTRODUÇÃO

A humanidade sempre foi tomada por um interesse especial sobre religião, seja para negá-la, seja para valorizá-la e desenvolvê-la. Os povos dos quatro cantos do mundo, em todos os momentos da história, sempre tiveram suas religiões em pontos de extrema importância em suas sociedades. Assim, vários autores pensaram e escreveram sobre diferentes aspectos da religião na tentativa de compreender e, principalmente, convencer outras pessoas, e até mesmo outros povos, sobre a religião verdadeira em suas compreensões. O pensamento filosófico contribuiu de maneira decisiva na consolidação das bases teóricas das principais religiões da atualidade, bem como na tentativa de desconstrução das bases religiosas e no desenvolvimento de linhas que negam a existência de Deus ou pregam um viés agnóstico.

Diante da magnitude que o tema demonstra, não é difícil compreender o interesse despertado em vários filósofos e teóricos no decorrer da evolução do pensamento humano, mas também podemos observar com certa facilidade que o tema não habita o centro do desenvolvimento científico e filosófico. Mesmo diante da relevância do tema, algumas discussões foram, e até mesmo ainda são, tratadas como temas menores frente às discussões já consagradas pela ciência moderna. Em parte, compreende-se essa rejeição da religião à periferia das discussões científicas e filosóficas por ser um tema que afeta diretamente a crença de um grande número de pessoas.

Para uma abordagem mais exata é necessário que se esclareça qual foi o entendimento do termo *religião natural* empregado neste trabalho. O termo *religião natural* foi tratado como uma abordagem da religião a qual não é visto como base aceitável à revelação divina, os aspectos sobrenaturais, os dogmas indiscutíveis e os mistérios incompreensíveis. Pontos esses que estão presentes nas mais conhecidas religiões monoteístas do mundo. Assim, a defesa de uma religião natural passa pelo entendimento da religião como fenômeno natural, ou seja, não dependente de aspectos sobrenaturais para oferecer qualquer explicação de fundamento qualquer. A existência de Deus, por exemplo, nessa

linha de entendimento, pode ser derivada da observação no ordenamento do universo e não simplesmente consequência da revelação feita por uma divindade do sagrado.

Pretende-se abordar a perspectiva da religião natural dos autores David Hume, Sigmund Freud e Daniel Dennett, expostos nas obras *História da Religião Natural*, *O Futuro de uma Ilusão* e *Quebrando o Encanto*, respectivamente. A partir da apresentação do entendimento dos autores sobre a religião como um fenômeno natural, será possível a busca de pontos de interseção e possíveis discordâncias entre eles. A análise da argumentação apresentada pelos pensadores permitirá saber se, eles partiram de um ponto em comum, quais os caminhos percorridos e, principalmente, se chegaram a conclusões semelhantes.

Ressalta-se que alguma similaridade no desenvolvimento teórico dos autores é a forma de perceber a religião não como um fenômeno místico ou supracosmético, mas como fenômeno natural. Nesse sentido, da visão da religião como fenômeno natural, os autores buscaram responder às questões sobre por que grande parte da população humana possui uma crença religiosa; como essa crença surgiu e se desenvolveu até os dias atuais; por que o ser humano, ao que parece, tende a possuir uma crença religiosa. É, também, possível perceber as conclusões e previsões quanto à religião na compreensão de cada autor em destaque.

As obras foram apresentadas de forma cronológica, de forma que o primeiro capítulo traz a apresentação das idéias de David Hume expostas no livro *História da Religião Natural*, publicado pela primeira vez em 1757. No segundo capítulo é apresentado o pensamento de Sigmund Freud descrito na obra *O Futuro de uma Ilusão*, que teve sua primeira publicação em 1927. Na seqüência é mostrada a argumentação de Daniel Dennett contida no livro *Quebrando o Encanto*, publicado em 2006, e, em seguida, há a conclusão do trabalho cujo pensamento dos três autores é analisado em busca das interseções e discordâncias.

CAPÍTULO I

Hume – História da Religião Natural

A ignorância é a mãe de toda devoção. (Hume)

David Hume foi um dos pensadores que buscou respostas para questões religiosas essenciais. Em seu livro *História da Religião Natural*¹, publicado pela primeira vez em 1757, Hume apresenta parte de seu pensamento sobre religião, visto que o tema foi tratado também em outras obras do próprio autor. Em um período de extrema repressão religiosa, alguns textos de sua autoria sobre religião apenas foram publicados após sua morte, como o livro *Diálogos sobre a religião natural*, publicado apenas em 1779. Esse clima de dura repressão deve ser levado em conta, já que muito provavelmente também exerceu forte influência nos textos publicados ainda em vida. O medo de violentas perseguições, algo muito comum no período histórico vivido pelo autor, pode ter sido um combustível poderoso para o arrefecimento de algumas de suas opiniões. Porém, como essas questões não puderam ser provadas e ainda vagam no terreno do provável e da especulação, não serão tratadas com profundidade neste trabalho.

Na obra *História da Religião Natural*, Hume expõe alguns de seus pensamentos sobre o surgimento da religião, o politeísmo, o monoteísmo e a influência do fenômeno religioso nas sociedades. Ainda que Hume não acreditasse que todos os povos da Terra desenvolveram sentimentos religiosos, ele entendeu que povos completamente desprovidos de religião apenas significaram uma exceção diante da maioria dos povos crentes em alguma forma de religiosidade (HUME, 2005, p.22). Apesar de o autor apresentar a informação de que alguns viajantes e historiadores terem comunicado a existência de povos cuja crença religiosa inexistia e ter tomado esse dado como informação suficiente para julgar que o sentimento religioso não era algo universal, não há nenhuma citação ou apresentação de provas para tal afirmação. Porém, como essa

¹ HUME, David. *História da religião Natural*. São Paulo: UNESP, 2005.

discussão, sobre a existência, de fato, de povos isentos de sentimentos religiosos não configura tema central desse texto, não será dada atenção especial a esse quesito.

No texto supracitado, Hume trabalha muito a visão da religião dividida entre monoteístas e politeístas. A visão de um poder, ou poderes, invisível foi amplamente difundida durante toda a história da humanidade. Assim, conforme ocorria o desenvolvimento do pensamento humano, também o pensamento religioso se tornava cada vez mais complexo, seguindo uma linha evolutiva que Hume acreditava ter se iniciado com o politeísmo e atingido seu nível mais elevado com o monoteísmo. O politeísmo, portanto, foi a primeira forma de expressão religiosa dos povos mais antigos e, também, a forma mais primitiva. Mas diante dessa afirmação, pode-se perguntar: afinal, o que levou os homens a desenvolverem a crença em religiões que possuíam vários deuses? Segundo o autor, não foi a contemplação e a admiração da natureza, em seu funcionamento harmonioso, complexo e perfeito, que fez com que os homens antigos desenvolvessem as primeiras idéias religiosas. O gatilho inicial para o desenvolvimento dessas idéias foi o desconhecimento e o medo. O desconhecimento do funcionamento da natureza gerou um sentimento de medo frente aos acontecimentos naturais e, a partir desse ponto, a busca de explicações fez com que os homens voltassem suas teses para seres com poderes superiores e que comandariam esses aspectos naturais. Ressalta-se que não foram apenas incompreensões sobre acontecimentos naturais que conduziram as atenções dos homens às idéias religiosas, mas também a sede de conhecer os fatos futuros, bem como as conquistas bélicas e o temor de desastres. Nesse sentido, Hume esclarece:

Podemos concluir, portanto, que, em todas as nações que abraçaram o politeísmo, as primeiras idéias de religião não nasceram de uma contemplação das obras da natureza, mas de uma preocupação em relação aos acontecimentos da vida, e da incessante esperança e medo que influenciam o espírito humano. (...) As únicas paixões que podemos imaginar capazes de agir sobre tais homens incultos são as paixões ordinárias da vida humana, a ansiosa busca da felicidade, o temor de calamidades futuras, o medo da morte, a sede de vingança, a fome e outras necessidades. Agitados por esperanças e medos dessa natureza, e sobretudo pelos

últimos, os homens examinam com uma trêmula curiosidade o curso das causas futuras, e analisam os diversos e contraditórios acontecimentos da vida humana. E nesse cenário desordenado, com os olhos ainda mais desordenados e maravilhados, eles vêem os primeiros sinais obscuros da divindade. (HUME, 2005, p.31-33)

Sendo assim, Hume, aqui, apresenta uma idéia sobre o nascimento da religião. Percebe-se que o início da religião, segundo o autor, não deriva de uma revelação do divino ou de um fenômeno sobrenatural. A religião surge do medo e do desconhecimento da natureza. Outro autor que possui uma posição próxima a de Hume é Rousseau, que em seu livro *Emílio ou da Educação*², utiliza-se de um personagem, mais precisamente um vigário, para expor seu pensamento sobre religião. Assim, Rousseau justifica o fato de colocar a defesa da religião natural nas falas de um padre ao dizer: “Ao invés de dizer-vos aqui o que penso eu mesmo, direi o que pensava um homem que valia mais do que eu. Garanto a verdade dos fatos que vão ser relatados; aconteceram realmente ao autor do texto que vou transcrever.” (Rousseau, 1979, p. 293)

Concordando com o descrédito na revelação religiosa, Rousseau também a criticou como estopim inicial da religiosidade, porém o autor não se coloca absolutamente contrário à revelação divina, mas sim à imposição de aceitá-la. Diante de tantos argumentos, prós e contra, Rousseau passa a não aceitar a revelação como justificativa única e plausível para o nascimento da religião. Assim, ele nos explica:

“Quanto à revelação, melhor argumentador ou mais bem instruído, talvez eu sentisse sua verdade, sua utilidade para os que têm a felicidade de reconhecê-la; mas vejo em seu favor provas que não posso combater, vejo também contra ela objeções a que não posso responder. Há tantas razões sólidas pró e contra, que não sabendo resolver, não a admito nem a rejeito; rejeito tão-somente a obrigação de reconhecê-la, porque essa pretensa obrigação é incompatível com a justiça de Deus(...)” (Rousseau, 1979, p. 353)

A revelação ainda nos coloca um outro problema que é a quem essa revelação foi feita despertando uma série de questionamentos: Por que Deus podendo se comunicar a todos de forma clara e eficaz, revelou-se a apenas uma

² ROSSEAU. Jean-Jacques. *Emílio ou da Educação*. São Paulo: Difel, 1979.

pessoa? Então como saber se essa pessoa recebeu essa revelação corretamente? Por que Deus não realizou uma revelação a mim? Com isso a revelação religiosa sempre chega aos ouvidos dos crentes através de algum porta-voz como pastor, padre ou outro membro de alguma religião. Para chegar a Deus, na opinião de Rousseau, deve-se recorrer unicamente à razão, devendo ser desprezado o testemunho de pastores, a imposição dos pais e os ensinamentos da infância. Assim, ele incita a não conceder “*nada ao direito do berço nem à autoridade dos pais e dos pastores, mas submetamos ao exame da consciência e da razão tudo que nos ensinaram desde a infância.*” (ROUSSEAU, 1979, p. 340)

Dessa maneira, as causas desconhecidas para o homem inculto, que exercem uma influência direta em sua vida cotidiana, estimularam sobremaneira sua imaginação. A partir da busca imaginativa por explicações dos fatos que fugiam completamente ao seu controle, mas tinham extrema força sobre sua vivência e, dessa forma, o colocavam em completa dependência, surge a idéia de uma força superior capaz não só de controlar os aspectos naturais, mas também o rumo dos acontecimentos futuros e até mesmo, a morte. O medo e o desespero diante dos infortúnios da natureza sempre foram propulsores da crença religiosa, assim como as teologias surgidas ao longo da história da humanidade sempre souberam dar o devido valor às vantagens da aflição e do medo de seus fiéis. É perceptível que em tempos de estabilidade e conforto os sentimentos religiosos são arrefecidos e, nessa ótica, esses sentimentos são inflacionados em tempos mais austeros. Possivelmente, se o homem desse tempo fosse possuidor de amplos conhecimentos sobre a estrutura da natureza e seu regular funcionamento, sua imaginação o teria levado a rumos bastante distintos.

O homem primitivo ao observar a natureza com seu olhar limitado percebe que suas alegrias e tragédias dependem, de certa forma, de aspectos ocultos a sua compreensão. Esses seriam, por sua vez, os agentes governantes da natureza e teriam o poder de distribuir o bem e o mal, o sucesso e o fracasso. A percepção dessas forças sobrenaturais evoluiu para formas de objetos que seriam os centros de esperança e temor. Pouco a pouco, esses objetos abstratos passaram a ser revestidos de características naturais tornando-se mais

acessíveis à compreensão humana. Esses objetos ganharam formas e características humanas sendo movidas por sentimentos honrados e vis, assim como os homens comuns e, dessa forma, sendo elevados ao grau de adoração e oferecimento de oferendas. Através da representação desses seres, que possuíam características humanas e que eram limitados em seus poderes, visto que possuíam controle apenas sobre algum aspecto da vida humana ou da natureza, foi constituído o politeísmo que, conforme já dito anteriormente, segundo Hume, foi a primeira forma de representação da religiosidade.

Hume também destaca a tendência humana de atribuir características que lhe são comuns e familiares a todos os objetos. Essas características familiares são, por razões óbvias, as próprias características humanas, o que gera certo antropomorfismo aos seres com poderes supra-humanos. E em consequência, os deuses do politeísmo passaram naturalmente a possuírem características e comportamentos humanos, tais como corpos, sentimentos e nascimento. A caracterização dos deuses com formas humanas foi mais desenvolvida através do aprimoramento das técnicas artísticas que permitiram, principalmente aos escultores e pintores, a atribuição de imagens humanamente perfeitas às figuras divinas. Além dos artistas plásticos, também os poetas e escritores, contribuíram de modo especial para essa “antropomorfização” dos deuses, já que narraram seus feitos, seus comportamentos e suas trajetórias sempre tendo como base as características familiares do homem. Vale lembrar que antes do aprimoramento da técnica artística, foi comum aos homens a adoração de formas mais simplistas, tais como plantas, animais e objetos da natureza.

Seguindo o desenvolvimento do pensamento humano, também as interpretações religiosas ficaram mais complexas com o passar dos tempos. Os homens não permaneceram durante muito tempo com o mesmo pensamento simplista que acreditavam na existência de deuses com poderes limitados. Logo, a idéia de deuses que comandavam a sorte e a natureza, mas que detinham poderes limitados foi sendo refinada até que se atingisse a idéia base do monoteísmo, que é o deus único, criador de todas as coisas e possuidor de poderes infinitos. Seguindo essa trajetória, algumas características fundamentais do politeísmo também foram abandonadas, como por exemplo, a existência

corpórea dos deuses. Um deus infinito não poderia mais ser limitado por um corpo e nem possuir as características mais deploráveis do ser humano. Agora esse deus único teve todas as suas características elevadas ao máximo, como disse Hume: “*O mesmo esforço de elevação para o sublime os impele novamente para o alto: de uma estátua ou de uma imagem material para um poder invisível; de um poder invisível para um deus infinitamente perfeito, criador e soberano do universo.*” (HUME, 2005, p. 73)

Um ponto crucial do desenvolvimento do monoteísmo foi sua adequação à razão, ou seja, sua fundamentação básica mediante argumentos sólidos e racionais. Nesse quesito a filosofia teve papel preponderante, visto que ela foi incorporada às principais religiões monoteístas desde a Antiguidade. Seguindo a linha da evolução, ou do aumento da complexidade das religiões, as teologias monoteístas evoluíram a ponto de superar o senso comum, já que se tivessem se mantido dentro do universo simplista, muitas vezes percebido no politeísmo, não seria possível subjugar a razão dos homens crentes comuns. O mistério, o assombro, o medo e a incompreensão fazem parte do alicerce da crença, justificadamente ocupando seus lugares embasados por argumentos filosóficos a serviço da religião. Assim, a incompreensão, que foi causa do surgimento da religião, conforme já dito anteriormente, permaneceu ocupando lugar de destaque no pensamento religioso, mas, agora fundamentada pela filosofia. Aqui vale registrar a crítica feita por Rousseau em seu livro *Emílio ou da Educação*, sobre os aspectos incompreensíveis e sobrenaturais das diferentes religiões, bem como sua defesa da religião natural. Seguindo essa linha, o vigário, personagem do livro, em sua explanação que mostra as conclusões a que chegou através de seu pensamento racional, critica severamente a utilização dos dogmas e dos mistérios dentro do arcabouço religioso. Para ele, a religião deve ser clara e acessível a todos os que crêem nela, além disso, não devem exigir que cada cidadão, em nome de sua fé, subjuguem sua própria razão. Isso seria o mais completo absurdo, já que não parece razoável que Deus exigisse após conceder razão a todos os seus filhos humanos, que a deixassem de lado em nome da crença Nele mesmo. Assim, Rousseau nos mostra a inviabilidade do emprego do mistério e da incompreensão em uma religião natural:

“A fé se afirma pelo entendimento; a melhor de todas as religiões é infalivelmente a mais clara: quem sobrecarregar de mistérios, de condições o culto que me prega, ensina-me a desconfiar dele. O Deus que adoro não é um Deus de trevas, não me deu um entendimento para proibir-me o uso: dizer-me que submeto minha razão é ultrajar seu autor. O ministro da verdade não tiraniza minha razão, ilumina-a.” (ROUSSEAU, 1979, p. 343)

Rousseau, portanto, corrobora a visão de uma religião natural, desprendida de mistérios e dogmas incompreensíveis, assim como Hume. Não é preciso basear-se em palavras daqueles que dizem ter ouvido de deus tal discurso, já que posso reconhecer na natureza a existência de uma inteligência ordenadora que move o universo, mas essas constatações partem de minha inteligência e racionalidade. Assim, sobre as religiões que se amparam no mistério, Rousseau conclui que *“não preciso que me ensinem este culto, ele me é ditado pela própria natureza.”* (ROUSSEAU, 1979, p. 315)

Conforme já dito anteriormente, a religião primitiva surge da incompreensão do funcionamento da natureza e do temor de acontecimentos futuros. Desse terror sobre o que pode acontecer, principalmente em casos de situações adversas como vingança, severidade e crueldade, a imaginação humana percorreu caminhos que trouxeram à compreensão o pensamento de um deus com as mais cruéis características. Mas mesmo entendendo a divindade como um ser que pode empregar punições, males e dores aos seus fiéis, o homem ainda reconhece seu deus como ser perfeito, divino e merecedor de adorações, pedidos e adulações. Hume percebeu essa contradição do comportamento humano ao escrever *“Nossos terrores naturais produzem a noção de uma divindade diabólica e maligna, mas nossa tendência para a adulação nos leva a reconhecer um ser perfeito e divino.”* (HUME, 2005, p. 108)

Nessa obra, *História Natural da Religião*, Hume, ao apresentar argumentos a favor de uma religião natural, mostra-se contra uma idéia de religião revelada advinda de entidades divinas do sagrado e com aspectos sobrenaturais. Porém, mesmo depois da exposição inicial de argumentos que visavam corroborar com a idéia de que a religião surgiu do medo e da ignorância dos homens primitivos, na última parte do livro ele simplesmente nos apresenta uma linha menos conclusiva e mais agnóstica. O autor prefere, então, suspender seu juízo quanto à questão

religiosa. Talvez tenha sido pelo período histórico vivido, já que a religião exercia forte influência e punia com pena capital qualquer sinal de heresia e ateísmo. Porém essa afirmação permanece no campo hipotético, e por estar nesse campo, não merece compor qualquer argumento plausível. A opção por uma posição agnóstica, assumida por Hume na obra citada, decepciona, já que o fato de uma defesa de uma religião natural não necessariamente implica em um ateísmo. O posicionamento contrário à crença nos dogmas e na divindade de Cristo, por exemplo, não precisa ser encarado como um pensamento ateu, mas apenas como uma visão crítica da religião. Com isso Hume, que construiu nos primeiros capítulos do livro uma argumentação em que a religião teria como fundamento apenas fatores psicológicos e sociológicos, conclui seu pensamento em um sentido bem diferente quando dá maior valor à dúvida e a suspensão do juízo. Assim Hume conclui dizendo: *“O único resultado de nossas investigações mais meticulosas sobre esse assunto parece ser a dúvida, a incerteza e a suspensão do juízo.”* (HUME, 2005, p. 126)

Capítulo II

FREUD – O futuro de uma ilusão

Não, nossa ciência não é uma ilusão. (Freud)

Para o pensamento de Freud, no que diz respeito à obra, *O futuro de uma ilusão*³, a civilização e a cultura são fundamentais para a idéia de religiosidade desenvolvida pelo autor. Nessa linha, nenhum ser humano vivendo em comunidade e sob o controle cultural e civilizatório seria totalmente livre, já que inevitavelmente abriria mão de certas liberdades em troca da própria cultura. O homem não é capaz de viver isoladamente e, conseqüentemente, sacrifica parte de sua liberdade em função da cultura. Freud define, de forma clara, aquilo que chama de cultura ao dizer que “*como se sabe, a cultura humana – me refiro a tudo aquilo que a vida humana se elevou acima das condições animais e se distingue da vida dos bichos; e eu me recuso a separar cultura e civilização (...)*”(FREUD, 2010, p. 36)

Por outro lado, Freud aponta um grande problema: nem todas as pessoas aceitarão passivamente essa troca - de algumas de suas liberdades pela cultura. Para algumas pessoas, mesmo não conseguindo uma vida em completo isolamento, isso poderá ser uma violação excessivamente opressora, um sacrifício demasiadamente pesado para uma vida em sociedade. Para que as tendências antissociais e anticulturais dos homens sejam controladas a ponto de não serem capazes de destruir uma sociedade, a coerção é empregada para que indivíduos aceitem a perda parcial de suas liberdades. A coerção é empregada desde o nascimento e é perpetuada durante toda a vida de cada indivíduo de forma a determinar seu comportamento. Assim Freud diz:

“Novas gerações, educadas com carinho e para valorizar o pensamento, que cedo tenham experimentado os benefícios da cultura, terão uma relação diferente com ela, considerando-a como a sua posse mais autêntica, e estarão

³ FREUD, Sigmund. *O futuro de uma ilusão*, Porto Alegre: L&PM, 2010.

preparados para lhe oferecer os sacrifícios necessários à sua conservação, tanto em trabalho como em renúncia à satisfação dos impulsos.” (FREUD, 2010, p. 41-42).

Toda sociedade é, portanto, baseada em coerções e na renúncia dos impulsos gerando uma legião de pessoas frustradas. Todas as crianças nascidas carregam seus impulsos e seus desejos impulsivos, porém através de métodos coercitivos vão gradativamente interiorizando essas proibições e sendo “civilizadas”. Quanto mais essas coerções são interiorizadas, mais é fortalecida uma importante instância psíquica, que é o *supereu*. Assim o *supereu* inclui essas coerções externas em seus mandamentos mais sólidos, formando uma pessoa completamente imersa na cultura. Contudo, as idéias de Freud não foram imunes às críticas. Um desses críticos foi Vitor Frankl que, entre outros pontos, discordava da redução dos fenômenos psíquicos a meros impulsos, ou seja, da determinação do homem pelos seus desejos impulsivos. Segundo Frankl “*a psicanálise interpreta o ser humano a ‘priori’ como ser dirigido ou impulsionado*” (FRANKL, 2009, p. 16). Frankl apresenta uma análise existencial que tem como ponto principal a responsabilidade do indivíduo. A análise existencial se coloca como contraponto à análise psicanalítica, já que vai contra o automatismo e ao totalitarismo dos impulsos e valoriza a autonomia da existência espiritual. Desse modo, a responsabilidade é vista em um sentido de que, para essa existência, não é o homem quem faz a pergunta sobre o sentido da vida, mas sim, ele é intimado a respondê-la. Assim, as respostas são dadas pelos atos da vida cotidiana, ou seja, pela responsabilidade assumida em suas escolhas responsáveis, já que sua existência depende inevitavelmente de suas decisões e atos que vão mostrando o sentido que cada um dá a sua própria vida. O ser humano, nesse sentido, não pode ser guiado meramente pelos impulsos, mas sua existência somente será possível quando for responsável. Conforme Frankl diz:

“O ser humano pode assim ser ‘verdadeiramente ele próprio’ também nos seus aspectos inconscientes. Por outro lado, ele é ‘verdadeiramente ele próprio’ somente quando não é impulsionado, mas responsável. O ser humano propriamente dito começa onde deixa de ser impelido e cessa quando cessa de ser responsável. O ser humano propriamente dito manifesta-se onde não houver um id a impulsioná-lo, mas onde houver um eu que decide.” (FRANKL, 2009, p. 21)

Assim, para Frankl, Freud cometeu um erro ao desenvolver a psicanálise atribuindo excessivo peso ao impulso e ao inconsciente e, por conseqüência, esquecendo-se de uma existência no sentido de um ser-responsável.

Mas as limitações impostas aos membros de uma sociedade, referidas por Freud, não são aplicadas de forma uniforme em todas as camadas da sociedade, já que para algumas classes sociais, segundo o autor, essas proibições são impostas com maior rigor. Às classes sociais menos favorecidas são aplicadas limitações bem mais austeras e, em contrapartida, às classes mais privilegiadas, são proporcionadas vantagens que são invejadas pelas classes inferiores. Não é difícil perceber que essa parcela desprivilegiada da sociedade, a qual é imposta condições mais duras, constituam a parcela da sociedade mais insatisfeita com a cultura que a rodeia e é levada à rebelião. Quanto maior for essa parcela insatisfeita da sociedade, mais risco corre os alicerces dessa cultura, pois como disse Freud *“não é preciso dizer que uma cultura que deixa insatisfeito um número tão grande de membros e os incita à rebelião não tem perspectiva de se conservar perpetuamente, nem o merece.”* (FREUD, 2010, p. 49)

Nessa perspectiva, o autor acredita que para que o homem pudesse se defender dos perigos da natureza, e também da dificuldade de sobreviver sozinho, os homens passaram a viver em comunidade, criando assim a cultura. Assim, com Freud disse *“e a tarefa capital da cultura, sua verdadeira razão de ser, é nos defender contra a natureza.”* (FREUD, 2010, p. 54) Todavia, essa cultura, com já dito anteriormente, causa sofrimento pelas privações que impõe, porém os indivíduos componentes dessa cultura sofrem também com a convivência com outros indivíduos.

Dos danos causados pela cultura ao indivíduo, ele se defende através de medidas de resistência contra as instituições culturais. Por temor das forças da natureza, o homem se submete a privações para viver em sociedade e, com isso, o indivíduo encontra-se ameaçado. Para se despojar de seus medos, o homem humaniza a natureza para torná-la mais próxima e acessível, já que dessa forma, a natureza possuirá características que lhes são familiares. O homem, então, ao humanizar a natureza, acaba por transformá-la em seus próprios deuses. Como disse o próprio Freud:

“(...)o homem não transforma as forças da natureza simplesmente em seres humanos com os quais pode se relacionar como faz com seus iguais – algo que também não faria justiça à impressão avassaladora que tem delas -, mas lhe confere um caráter paterno, transforma-as em deuses, e nisso não apenas segue um modelo infantil, mas, segundo já tentei mostrar certa vez, um modelo filogenético.” (FREUD, 2010, p. 58)

Todo esse processo tem início com o desconhecimento do funcionamento das estruturas da natureza e, assim, à medida que o homem percebeu certa regularidade e começou, mesmo que de forma primária, a compreender os fenômenos naturais, essa humanização foi sendo superada. Porém, ainda assim os deuses conservaram suas três principais tarefas que, segundo o autor, são: *“afastar os pavores da natureza, reconciliar os homens com a crueldade do destino, em especial como ela se mostra na morte, e recompensá-los pelos sofrimentos e privações que a convivência na cultura lhes impõe.” (FREUD, 2010, p. 59)*

Seguindo esse processo de aprofundamento quanto ao conhecimento das estruturas da natureza, os deuses, gradativamente, foram retirados da própria natureza. À medida que o pensamento do homem primitivo se tornou mais complexo, principalmente no momento em que passou a conseguir decifrar os enigmas do código da natureza, também sua visão religiosa se tornou mais elaborada. A idéia de deuses na natureza pareceu, então, muito simplista e os deuses foram sendo dela retirados. Porém a terceira tarefa dos deuses, citada anteriormente, permaneceu cada vez mais importante, visto que a melhor compreensão da natureza enfraqueceu as duas primeiras tarefas atribuídas aos deuses. Com isso, o verdadeiro domínio dos deuses passou a ser a compensação dos sacrifícios pelo processo de aculturação, principalmente no âmbito moral. A partir disso, a vida passou a ser entendida como uma passagem, uma forma de aperfeiçoar o ser humano para algo que está além dessa vida. Essa vida seria apenas uma preparação para algo mais elevado que estaria colocado após a morte. Com isso, a própria idéia de morte é transformada, já que não mais significa o fim, mas apenas o início de uma nova vida. Como Freud disse: *“Todo o bem acaba por receber a sua recompensa, todo mal a sua punição*

– *se isso não acontece já nessa forma de vida, acontecerá nas existências posteriores que começam após a morte.*” (FREUD, 2010, p. 62)

Não apenas a tarefa de compensação dos sacrifícios ganhou origem divina, mas também todas as leis morais que consolidaram a cultura. Toda essa legislação moral, de origem divina, é guardada pelos deuses e, com isso, não são permitidas discussões. Ao contrário do pensamento científico, que pode ser criticado, repensado, reformulado e, até mesmo descartado por uma teoria capaz de explicar de forma clara os eventos da natureza, as proposições religiosas não podem ser livremente debatidas. Seguindo o desenvolvimento do pensamento religioso, o homem acabou por condensar a existência de vários deuses em apenas um só. Nessa ótica, Freud concorda com o pensamento de Hume que também via o politeísmo como sendo a primeira forma de expressão religiosa, e acabando por se desenvolver para uma forma mais elaborada que seria o monoteísmo.

Quando questionamos as proposições religiosas geralmente recebemos três respostas, como Freud disse, “(...) *merecem crédito porque nossos ancestrais acreditavam nelas; em segundo lugar, possuímos provas de que nos foram transmitidas precisamente desde época antiga, e, em terceiro lugar, é absolutamente proibido questionar essa comprovação.*” (FREUD, 2010, p. 75). Porém, para o autor, essas três respostas merecem ser questionadas uma vez que o fato de as proposições religiosas merecerem créditos simplesmente porque nossos ancestrais acreditavam nelas não poderiam ser aceitas, visto que esses mesmos ancestrais acreditavam em coisas que hoje temos a certeza de sua falsidade. Já a idéia de que nós temos a certeza de que essas proposições nos foram passadas corretamente já suscitam dúvidas, visto que as pressões sobre o pensamento religioso eram muito maiores, e não sabemos se nossos antepassados foram de um modo ou de outro, influenciados pelas pressões. Não é possível concluir com precisão se eles também questionaram pontos que hoje são questionados, porém não puderam fazer nada mais que recolher seus pensamentos em suas próprias consciências. A resposta mais empregada sobre os questionamentos das proposições religiosas é que é absolutamente proibido questioná-los. As proposições religiosas estão colocadas acima da razão e suas

respostas somente podem ser obtidas interiormente. Nesse sentido, há uma semelhança com um ponto defendido por Frankl, que diz que a religião somente pode se dar na interioridade do ser humano e, por isso, não é possível falar em questionamentos que não sejam internos. Dessa forma, assim como as proposições religiosas, também o próprio pensamento religioso se dá apenas no interior do homem, não cabendo, portanto, uma discussão universal.

Freud apresenta, então, sua tese sobre a gênese psíquica de todas as idéias religiosas. Para o autor, *“estas, que se apresentam com proposições, não são produtos da experiência ou resultados finais do pensamento; são ilusões, são realizações dos desejos mais antigos, mais fortes e mais prementes da humanidade(...)”*(FREUD, 2010, p. 83). O homem, ao nascer, encontra-se imerso em um sentimento infantil de desamparo e que busca satisfazê-lo pelo amor do pai. Porém esse sentimento de desamparo, no decorrer da vida, é ampliado e faz com que o homem se agarre cada vez mais à idéia de um pai superior e bem mais poderoso. A infinita bondade divina, por sua vez, atenua o medo dos perigos existentes na vida e, conseqüentemente, a legislação moral, com sua origem divina, é aceita e as bases da cultura são mantidas. Nessa linha, o pai, com seus poderes supremos, atenua e auxilia a difícil jornada que é viver nessa vida terrena, que tem como objetivo um aprimoramento individual para uma vida futura. Deus, portanto, além de aliviar as dificuldades impostas pelos sacrifícios da cultura, também atenua, através de sua bondade infinita, o sentimento de desamparo.

Freud considera tudo isso como sendo uma ilusão, e acaba por definir o termo da seguinte forma: *“Uma ilusão não é o mesmo que um erro, e ela também não é necessariamente um erro.”*(FREUD, 2010, p. 84). O homem busca, com base na ilusão que se configura a religião, a satisfação de seus desejos, sempre com todo o código moral em um horizonte próximo. O autor então define como *crença* toda a ilusão religiosa, como disse:

“Portanto, chamamos uma crença de ilusão quando se destaca em sua motivação o cumprimento de desejo, ao mesmo tempo em que não levamos em conta seu vínculo com a realidade, exatamente do mesmo modo que a própria ilusão renuncia a suas comprovações.” (FREUD, 2010, p. 86).

Nesse ponto vemos que Freud não defende uma idéia de religião como sendo algo revelado por uma instituição divina, mas sim como algo natural, com bases psicológicas e sociológicas. Essa visão de religião como um fenômeno natural decorre do sentimento de desamparo que toda criança sente em relação ao seu próprio pai. Essa visão de religião como algo natural possui pontos de congruência com a idéia de Hume, que também via a religião não como algo revelado, mas como algo natural.

Freud vê como maior complicador o fato de as ilusões serem indemonstráveis, ou seja, não podem ser contestadas como os argumentos científicos, por exemplo. Nesse caso, o autor vê apenas o caminho científico como rumo seguro a ser seguido na direção da compreensão da realidade. A realidade não pode ser vista pelo prisma de uma ilusão, visto que essa não pode ser demonstrada e ainda pode ser um erro.

A religião, mesmo sendo vista como uma ilusão, não é de toda desprezível, já que segundo o autor, a religião prestou grandes serviços à cultura, principalmente no que tange ao controle e a domesticação dos impulsos sociais. Porém, esse controle e domesticação não foram suficientes para gerar uma sociedade absolutamente estável e conformada com as perdas e privações impostas pelo processo de aculturação, já que ao longo dos tempos sempre pudemos identificar um número significativo de pessoas insatisfeitas com a própria cultura e com o funcionamento da sociedade. Em um primeiro passo, o aprimoramento do conhecimento das estruturas da natureza e a percepção de regularidade em seus eventos, fizeram com que os deuses fossem afastados da natureza e, agora em um segundo momento, o desenvolvimento da ciência, que passou a oferecer explicações plausíveis sobre eventos naturais antes amedrontadores, fez com que a religião perdesse parcialmente sua força na submissão das massas. Mas nem mesmo no período em que a religião obteve maior domínio das massas, a sociedade pôde ser considerada moralmente melhor.

Mas, como já dito anteriormente, Freud recebeu críticas em seu pensamento sobre a religiosidade. No desenvolvimento da análise existencial de Frankl, a qual tem como fundamento o fato de que ser humano é ser consciente e

responsável, se envereda no campo da espiritualidade inconsciente. Nesse ponto, não faz mais sentido, para o crítico de Freud, pensar o ser humano como um ser que possa ser compreendido apenas por sua constituição racional, mas deveria ser levada em consideração sua dimensão espiritual inconsciente. Dando prosseguimento à análise existencial, dentro dessa espiritualidade inconsciente, Frankl desenvolve a idéia de que há uma religiosidade inconsciente no ser humano, ou seja, o ser humano já traz consigo uma religiosidade em seu ser. Como disse Frankl *“significaria então que sempre houve em nós uma tendência inconsciente em direção a Deus, que sempre tivemos uma ligação intencional, embora inconsciente, com Deus.”*(FRANKL, 2009, p. 58). Aqui já é possível perceber que Frankl discorda radicalmente da postura Freudiana que vê a religião como uma ilusão. A religiosidade, ou seja, essa inclinação à religiosidade, mesmo sendo algo inconsciente, é algo que já está inscrito no ser humano.

Porém o fato de Frankl considerar a religiosidade algo presente no inconsciente humano, isso não implica, por razões óbvias, que todos os seres humanos sejam religiosos, até porque não é difícil encontrar pessoas irreligiosas. A religião habita o campo do pessoal e, portanto, deve ser derivada de decisão. O ser humano somente atinge a verdadeira religiosidade quando decide por ela e não quando é impelido a ela por qualquer força que possa existir. A religiosidade apenas se dá no interior do indivíduo e, dessa forma, não podemos considerá-la um delírio coletivo, visto que é de âmbito de decisão individual. Diferentemente de Freud, que defendia um inconsciente capaz de determinar o ser humano, Frankl defende que o inconsciente, sobretudo o inconsciente religioso, constitui um ser que decide. A religiosidade provém, assim, do centro desse ser que decide, porém isso não quer dizer, de forma nenhuma, que a religiosidade seja algo inato ou tenha algo de biológico. Como Frankl mesmo disse:

“Ao nosso parecer, a religiosidade não pode ser inata por não estar presa ao biológico. Com isso não queremos negar que toda religiosidade sempre siga certas linhas e esquemas preestabelecidos; porém, tais esquemas não são formados pelos supostos arquétipos inatos e herdados, mas pelas correspondentes formas confessionais já existentes que são preenchidas pela religiosidade. Portanto não podemos deixar de admitir que tais configurações, de fato, existam; porém essas imagens religiosas primitivas não constituem arquétipos latentes em nós e não são transmitidas por vias

biológicas, mas representam imagens recebidas por tradição de nosso respectivo ambiente religioso-cultural.”(FRANKL, 2009, pg. 62-63)

O fato de Freud considerar a religião uma ilusão pode suscitar alguns questionamentos, como se o fim da religião não conduzisse inevitavelmente a humanidade ao caos absoluto, visto que não mais haveria um eficiente aparato domesticador. Como dito anteriormente, as leis morais haviam sido transferidas para uma criação divina e, dessa forma, faria sentido se alguns acreditassem na tese de que o mundo recairia no caos caso, a religião fosse completamente descartada. Assassinatos, roubos, e todas as formas de traição, ou seja, todos os impulsos associais seriam alforriados sem o medo da imposição de castigos e punições, e ocorreriam de forma descontrolada com a ausência de leis morais atribuídas à religiosidade. Colocado de outra forma, pode-se dizer que a cultura estaria em risco de extinção caso a religião fosse colocada de lado, já que como também vimos anteriormente, a religião possui uma função importante na manutenção da sociedade ao oferecer uma compensação pelos sacrifícios colocados pela cultura e no controle dos impulsos associais.

Freud, por sua vez, apresenta alguns argumentos contrários a essa idéia de que a sociedade seria lançada ao caos caso a religião fosse descartada. Para o autor, os riscos que derivam do livre uso dos impulsos associais são iguais para todos os homens e, com isso, haveria uma organização entre esses mesmos homens no sentido de proibir todas as ações que forem maléficas para a própria cultura. Não é simplesmente a crença em um deus que gera homens bons, ou o contrário, a falta de fé e o ateísmo geram uma legião de pessoas más. Há vários exemplos de crentes moralmente maus e várias pessoas boas sem crença religiosa. Como dito por Freud, *“Os riscos da insegurança da vida, que são iguais para todos, unem os homens em uma sociedade que proíbe o indivíduo de matar e se reserva o direito de assassinar coletivamente aquele que transgride a proibição. É isso, então, que constitui justiça e castigo.”(FREUD, 2010, p. 104)*. As leis morais devem, dessa forma, serem retiradas dos deuses, já que serão fundamentadas racionalmente no intuito de manter uma sociedade harmoniosa. Com base nesse pensamento, a sociedade seria impedida de cair no caos e suas pilastras de sustentação estariam salvas, mas apenas com uma fundamentação

diversa do revestimento religioso. Além disso, todas as leis de conduta moral não estariam mais vinculadas à existência e fé em um deus, pois teriam uma base mais racional.

Todas as instituições e preceitos culturais teriam apenas uma origem, que seria puramente humana, criadas através de parlamentos e discussões. Os homens, então, poderiam entender que elas foram criadas não para dominá-los, mas para tornar a convivência social viável. Não almejariam mais o fim e a destruição dessas instituições culturais, mas apenas seu melhoramento contínuo. Mas o fato das leis e das instituições culturais passarem a ser entendidas como criações humanas não afastariam o risco de serem criadas também para dominar o próprio homem, já que criações humanas também são usadas com o objetivo de dominação. Porém, ao contrário das criações atribuídas às divindades e das instituições religiosas, as criações humanas podem tranquilamente ser questionadas, e essa seria a vantagem primordial de se compreender que as criações das instituições e dos preceitos culturais são meramente humanas.

Dessa forma, a religião, para Freud, nada mais é que uma neurose que deve ser curada. Como o autor mesmo disse:

“A religião seria a neurose obsessiva universal da humanidade e, tal como a da criança, teria sua origem no complexo de Édipo, na relação com o pai. De acordo com essa concepção, seria possível prever que o abandono da religião terá de se consumir com a mesma inexorabilidade fatal de um processo de crescimento, e que nos encontramos nessa fase de desenvolvimento precisamente agora.”
(FREUD, 2010, p. 109)

Aqui visualizamos com clareza o destino proposto por Freud após o descarte da religião. O autor possui a visão clara de religião natural, ou seja, ela não é derivada de uma revelação divina, mas sim fruto do complexo de Édipo e seria uma neurose obsessiva, portanto, sem nenhuma base sobrenatural. Sendo assim, Freud prevê que a religião será abandonada quando a sociedade atingir um nível de amadurecimento e superar a neurose obsessiva. Esse homem que não se apoiaria mais na religião teria, inexoravelmente, que reconhecer seu estado de desamparo e deveria ter a plena consciência de sua insignificância diante do mundo. As crianças não seriam tomadas pelo pensamento religioso em

sua mais tenra idade, *“de forma que, quando o pensamento da criança desperta, as doutrinas religiosas já se tornaram inatacáveis”*(FREUD, 2010, p. 116-117). A criança deverá nascer imersa em um ambiente em que terá consciência da criação racional dos preceitos culturais e ciente de suas próprias potencialidades, pois como disse Freud: *“já é alguma coisa quando alguém sabe que depende de suas próprias forças. Aprende-se, então, a usá-la corretamente.”* (FREUD, 2010, p. 120).

Apesar de Frankl não questionar a visão de Freud da religiosidade vista não como algo revelado por uma divindade, mas como algo natural, ele se colocou contrário a vários pontos do pensamento freudiano, conforme já mostrado anteriormente. Outro ponto de discordância entre os dois teóricos é justamente a questão da neurose. Para Freud, como foi dito anteriormente, a religião é a neurose obsessiva da humanidade e, como toda neurose, deve ser superada. Frankl com sua visão de ser humano com uma religiosidade inconsciente inerente, discorda, é claro, de que a religião seja uma neurose obsessiva. A religiosidade incompleta e doente seria assim, uma neurose obsessiva. Como Frankl esclarece:

“Se Freud disse: ‘A religião é a neurose obsessiva comum ao gênero humano; da mesma forma que a neurose obsessiva da criança, ela se origina no complexo de Édipo, no relacionamento com o pai’, nós, diante do caso que acabamos de descrever, estamos inclinados a inverter a afirmação, ousando dizer que a neurose obsessiva é que seria a religiosidade psicologicamente doente.”(FRANKL, 2009, p. 66)

Capítulo III

Daniel Dennett – Quebrando o Encanto. A religião como fenômeno natural.

“Onde há dúvidas ambientes que se possa notar, não há necessidade de falar em fé” (Dennett)

Daniel Dennett publicou no livro *Quebrando o encanto. A religião como fenômeno natural*⁴ sua defesa da religião natural. O autor reconhece a importância da temática religiosa na vida das pessoas e a influência do tema na vida cotidiana. Logo no início do livro Dennett define o termo *religião* “(...) como um ‘sistema social cujos participantes confessam a crença em uma agente ou agentes sobrenaturais cuja aprovação eles buscam’” (DENNETT, 2006, p. 19). Aqui o autor já apresenta uma delimitação do horizonte da religião já que condiciona a existência de uma crença em um agente sobrenatural. Assim, algumas religiões existentes na atualidade não poderão ser reconhecidas como tal, visto que não obedecem a tal requisito. Mas a existência das religiões não é fixa, visto que algumas, ao longo da história, deixaram de ser religiões, como a comemoração do dia das bruxas e São Nicolau, o atual Papai Noel, nos mostra. É claro que o sistema econômico capitalista se aproveita do fato dessas religiões deixarem de ser religiões, no sentido da definição dada, e as transformaram em meios comemorativos para gerar lucros.

Passando à análise do título da obra, o autor reconhece que, tanto a religião como a política, exercem grande influência na mente das pessoas a ponto de manifestarem um estado de enfeitiçamento. Assim, Dennett se pergunta se valeria à pena ou não quebrar o encanto, ou seja, se valeira à pena discutir racionalmente a religião. Um estudo multidisciplinar sobre a religião se mostra necessário para a obtenção de conhecimentos seguros e desmistificadores sobre o tema. Porém, valeria à pena continuar nos mantendo ignorantes sobre a

⁴ DENNETT, Daniel C. *Quebrando o encanto. A religião como fenômeno natural*. São Paulo: Globo, 2006.

temática religiosa? A religião seria apenas fonte de ignorância e violência ou seria algo benéfico? Para Dennett a ignorância não é uma opção válida. Essas perguntas somente poderão ser respondidas com uma busca séria, objetiva e racional em busca de respostas convincentes e acertadas, como as respostas dadas pela ciência às suas perguntas. Com disse Dennett:

O encanto que eu digo que 'deve' ser quebrado é o tabu contra uma pesquisa direta, científica e sem obstáculos dos segredos da religião como fenômeno natural, entre muitos outros. Mas certamente um dos motivos mais insistentes e plausíveis para a resistência a essa reivindicação é o medo de que o encanto seja quebrado - se a religião for posta sob as luzes fortes e o microscópio." (DENNETT, 2006, p. 28)

A religião sempre foi posta em segundo plano no que diz respeito ao estudo e busca de respostas. Em todas as áreas, científicas e filosóficas, a religião sempre foi vista como tema menor, bem com os pesquisadores da filosofia da religião, sociologia da religião, além de demais ciências que tem como escopo o estudo da religião e sua relação na sociedade são vistos como pesquisadores de áreas insignificantes e desnecessárias. Talvez o fato de toda religião se amparar de modo determinante na fé, ou seja, em algo em que se acredita, mas não se pode provar de forma objetiva, seja um componente importante no descrédito atribuído a toda pesquisa sobre religião.

Mas, para Dennett, o caminho a ser percorrido deve ser exatamente o oposto. Parte da atribuição de maior importância à pesquisa sobre religião e o combate ao preconceito existente sobre aqueles que conduzem suas pesquisas ao esclarecimento do fenômeno religioso. A ciência deve ser empregada na busca de respostas sobre o fenômeno religioso e, dessa forma, a visão da religião como fenômeno natural é necessária para a utilização de métodos objetivos de pesquisa e produção de respostas claras.

A religião é um tema muito importante, basta observar sua difusão por toda a humanidade, seja para professá-la de alguma forma, seja para ser desprezada e ignorada por pesquisadores sérios e pela ciência. Portanto, a religião deve se submeter aos holofotes da ciência para podermos verificar se, de fato, é absolutamente benéfica à humanidade, ou apenas constituiu um engano, um placebo. Assim Dennett defende sua posição:

“Sim, eu quero pôr a religião na mesa de exame. Se for fundamentalmente benigna, como insistem muitos de seus devotos, ela vai se sair muito bem; as suspeitas serão acalmadas, e poderemos nos concentrar nas poucas patologias periféricas das quais a religião, como qualquer outro fenômeno natural, é presa. Caso contrário, quanto mais cedo identificarmos os problemas, melhor.” (DENNETT, 2006, p. 9)

Mas para que não haja equívocos quanto ao entendimento do termo *natural*, Dennett trata de deixar claro seu significado. Nesse trabalho de ajuste fino do conceito, o autor demonstra claramente que o termo *natural* não se refere ao sentido de natureza, de biológico, ou seja, entender a religião como fenômeno natural não quer dizer enxergar a religião como sendo transmitida aos seus descendentes por meio do DNA. A religião não se ampara em aspectos biológicos e genéticos e, por isso, não é esse o sentido do termo *natural*. A religião é transmitida por vias culturais, assim como a linguagem. Assim, para Dennett, a religião é natural em um sentido oposto ao termo *sobrenatural*. A religião não possui nenhum componente sobrenatural, tais como os milagres, por exemplo, nem foram derivadas de figuras divinas como as religiões reveladas. A religião é um fenômeno meramente humano e não possui nada de sobrenatural, melhor dizendo, ela é um fenômeno natural. Assim Dennett esclarece:

“Posso dizer que a religião é natural como oposto ao ‘sobrenatural’, que é um fenômeno humano composto de eventos, organismos, objetos, estruturas, padrões e coisas parecidas que obedecem, todos, à leis da física ou da biologia, e que não envolve milagres. E ‘é’ isso que quero dizer.” (DENNETT, 2006, p. 36)

Para aqueles que acreditam em milagres, o autor enxerga apenas um caminho viável a ser seguido, que é a pesquisa científica. Como o aspecto sobrenatural é deixado de lado, apenas a ciência com seu rigor e método pode dar respostas satisfatórias. Os defensores dos milagres deveriam ser os primeiros a buscarem a ciência para comprovarem que, diante do fenômeno denominado ‘milagre’, a ciência não foi capaz de dar uma explicação razoável. Porém aqui cabem algumas perguntas inquietantes: será que aquilo que hoje é considerado um milagre, não seria apenas uma incapacidade temporária da ciência em fornecer uma explicação? Os milagres ocorridos nos séculos passados não seriam explicados hoje com o atual nível de desenvolvimento da ciência? Assim

como a falta de conhecimento do funcionamento e das estruturas da natureza fez com que o homem se apegasse ao aspecto sobrenatural, conforme defendido por Hume e mostrado anteriormente, essa mesma falta de conhecimento da natureza pode ser a causa da crença nos milagres, visto que o conhecimento atual da natureza não permite uma explicação do fenômeno e, assim, é-lhe atribuído o título de milagre.

Em sentido semelhante ao de Dennett, também Rousseau criticou duramente o aspecto sobrenatural das religiões, em especial a crença nos milagres. Deus é percebido, conforme Rousseau, através de suas manifestações na ordenação do universo. Sente-se Deus através da própria natureza e do mundo que nos cerca. Porém, essa vontade poderosa que governa o mundo e impõe ordem no universo não pode fornecer exceção às leis que regem a natureza. A maior manifestação de Deus é a ordem perfeita, as leis seguras que regem a natureza, e não a suspensão pontual e específica dessas leis em prol da realização de algum milagre. Assim, Rousseau se posiciona frente a esses acontecimentos: *“é a ordem inalterável da natureza que mais bem mostra a sábia mão que a rege; se se verificassem muitas exceções, eu não saberia que pensar e, quanto a mim, acredito demasiado em Deus para acreditar em tantos milagres tão poucos dignos dele.”* (ROUSSEAU, 1979, p. 342).

Porém nem todos estavam de acordo com Rousseau ou Dennett. Alguns pensadores, entre eles, Pascal, defenderam a religião revelada, assim como seu aspecto sobrenatural. No livro *Pensamentos*⁵, Pascal faz uma defesa e uma apologia da religião cristã contra os cétricos em uma época que imperava o pensamento racional. Entendendo que a religião não poderia ser reduzida somente a aspectos racionais, Pascal escreve um capítulo apenas com reflexões sobre o milagre. Assim Pascal vê *“dois fundamentos, um interior, outro exterior: a graça, os milagres; ambos sobrenaturais”* (PASCAL, 1973, p. 253). A religião não se compõe apenas de aspectos naturais, mas, sobretudo, dos sobrenaturais, que possuem uma função importante na conversão dos homens, já que como Pascal mesmo disse: *“os milagres e a verdade são necessários porque é preciso convencer o homem inteiro, corpo e alma”* (PASCAL, 2006, p. 253). Assim, a

⁵ PASCAL, Blaise. *Pensamentos*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

verdade, compondo o aspecto racional, é completada pelo aspecto sobrenatural, este composto pela revelação e pelos milagres; completam a conversão, já que atingem por inteiro o homem em seu plano corporal e espiritual. Para Pascal os milagres são um apoio da religião e não seria possível que Deus os empregassem em prol de algum indivíduo que pregasse uma falsa religião. O autor ainda vê o catolicismo como única e verdadeira religião e ainda “*os milagres provam o poder que Deus tem sobre os corações pelo que exerce sobre os corpos.*” (PASCAL, 1973, p. 266)

O entendimento da religião como sendo um fenômeno natural, do ponto de vista de Dennett, é semelhante à visão de religião natural defendida por Hume. O autor inglês defende que religião natural seria algo que carece de uma sustentação científica, ou seja, a religião deve ser sustentada por provas, assim como todo conhecimento embasado pelo saber científico, porém ele deriva o conceito de religião como fenômeno natural em oposição à religião revelada. Assim Dennett esclarece que “*a religião ‘natural’, para Hume, seria uma crença que fosse tão bem sustentada por provas e argumentos quanto à teoria da gravitação de Newton ou a geometria plana.*” (DENNETT, 2006, p. 37). Ainda segundo Dennett, no que se refere à religião natural, Hume a “*contrastava com a religião ‘revelada’, que depende das revelações da experiência mística ou de outros caminhos extracientíficos para a fé.*” (DENNETT, 2006, p. 37). Aqui, então, pode-se perceber uma aproximação no entendimento da religião como fenômeno natural, defendidas por Dennett e Hume. A semelhança entre eles é que ambos defendem uma investigação científica como forma de reforçar os alicerces da religião e possuem uma visão de religiosidade como fenômeno natural oposta ao conceito de sobrenatural. A fé ou os fenômenos sobrenaturais não são justificativas aceitas de embasamento do fenômeno religioso.

Na seqüência Dennett analisa o fato de que nem sempre existiram religiões, visto que em seu entendimento, houve um tempo em que nenhuma idéia religiosa habitava a mente humana. Para reforçar essa idéia o autor se ampara em registros históricos que demonstram a origem e, também, o fim de algumas religiões. Assim como impérios e até mesmo civilizações inteiras surgiram, atingiram seu ápice e desapareceram, algumas religiões, ao longo da

história, também nasceram e foram extintas. Porém o fato de ter existido um momento em que não havia nenhuma religião constituída não fortalece a idéia de uma religião natural, visto que as religiões reveladas surgiram em momentos em que a humanidade já tinha alcançado um nível de desenvolvimento bastante elevado. Mas o fato de várias religiões desaparecerem no decorrer dos tempos pode fortalecer argumentos contrários aos aspectos sobrenaturais intrínsecos às religiões. Não é fácil compreender que uma religião que tenha sido revelada por uma divindade e que possua aspectos sobrenaturais simplesmente desapareça, enquanto outras, que também possuem essas características, sobrevivam há milênios.

Dennett apresenta algumas teses sobre a origem das religiões, sendo todas elas baseadas em um evolucionismo biológico que apresenta conseqüências na vida cultural. Assim, ele mostra o argumento de David Aloan Wilson, um biólogo da evolução, que entende que *“a religião é um fenômeno humano planejado (pela evolução) para melhorar a cooperação dentro (não entre) de grupos humanos”* (DENNETT, 2006, p. 118). Nesse sentido, a religião foi apenas um artifício que evolui através da seleção natural servindo como elemento agregador de indivíduos dentro de um mesmo grupo. Em tempos em que a união gerava mais segurança e condições de superação dos riscos à vida, a religião, segundo Wilson, mostrou-se componente fundamental à evolução humana. Dennett ainda apresenta a tese dos antropólogos Pascal Boyer e Scott Atran que *“para explicar o domínio que várias idéias e práticas religiosas têm sobre as pessoas, precisamos compreender a evolução da mente humana.”*(DENNETT, 2006, p. 118). Aqui também é possível perceber a linha evolucionista para a compreensão dos fenômenos religiosos. Essas duas teses mostram uma busca científica pelo entendimento da religiosidade, assim como o desprezo pela revelação divina e pelo sobrenatural, ou seja, uma clara inclinação a uma religião natural.

Antes do surgimento de qualquer religião organizada houve o desenvolvimento de religiões populares. Um exemplo dessas religiões populares foram os rituais de cura dos Xamãs. Então, o autor faz referência a uma idéia de Dawkins de que os humanos ao longo da história desenvolveram em seus

cérebros uma espécie de “*centro de Deus*”. Assim, os pesquisadores *darwinianos*, entre eles Dennett, querem saber por que aqueles ancestrais que apresentaram uma tendência genética a desenvolverem esse centro de Deus sobreviveram melhor do que aqueles que não desenvolveram. A resposta apresentada é que “*ao contrário dos que não têm o gene, tinham seguro saúde!*” (DENNETT, 2006, p. 153). O seguro saúde é entendido como uma alternativa para a cura das moléstias do corpo em um tempo em que a medicina ainda não havia se desenvolvido. Assim, a crença no xamanismo constituía a única alternativa de cura das doenças existentes.

Foi nesse ambiente de cura xamânica, ou de religião popular, que aconteceu o desenvolvimento das religiões organizadas. Dennett ainda conjectura sobre o desenvolvimento da linguagem. Assim que nossos antepassados iniciaram o uso da linguagem, aqueles que não participaram da linguagem foram logo colocados de fora dos possíveis acasalamentos. A seleção sexual contribuiu, dessa forma, para o contínuo desenvolvimento da linguagem. Como sabemos a linguagem não é transmitida pelos genes, mas pela difusão da cultura, porém esse fato não exclui a constatação de que os cérebros de nossos ancestrais se desenvolveram geneticamente para que o uso e o aprendizado da linguagem se tornassem mais complexos. Conforme Dennett, “*nossos cérebros se desenvolveram para se tornar processadores de palavras mais eficazes, e eles podem também ter evoluído para implementar com maior eficácia os hábitos culturalmente transmitidos das religiões populares.*” (DENNETT, 2006, p. 172 – 173)

Dennett apresenta, ainda, uma posição que, segundo ele, é tida como consenso geral entre os pesquisadores, que é o fato de que o desenvolvimento da agricultura e pecuária propiciaram o agrupamento de um número grande de indivíduos em um mesmo lugar. A domesticação dos animais e das plantações permitiu a diminuição dos povos nômades e, conseqüentemente, a fixação de populações em um espaço comum. O autor apresenta alguns motivos que levam à manutenção da união de grupos humanos, que são a proteção mútua, a melhora na eficiência do plantio e colheita, além de implementação de grandes projetos como construções e melhorias na localidade. Aqui vemos uma

semelhança com Freud, que, como visto anteriormente, também viu motivos muito próximos para a união de indivíduos. Dessa maneira,

“De acordo com Wilson, as inovações de planejamento que funcionam sistematicamente para ligar grupos humanos são o resultado da descendência do darwinismo com modificação orientada pela replicação diferenciada do mais apto, em muitos níveis, ‘inclusive o nível do grupo’”. (DENNETT, 2006, p. 196)

Dennett, em seguida, fala sobre o emprego do mistério e da incompreensão dentro da religião. A religião possui como pilar mestre a fé, e não a compreensão absoluta de todos os seus dogmas e mistérios. Assim, resta a seus fiéis apenas a profissão de sua religião baseada na falta de compreensão total dos preceitos religiosos que defende. Assim, *“tem sido notado por muitos comentadores que as crenças religiosas típicas, canônicas, não podem ser testadas para se saber se são verdadeiras.”* (DENNETT, 2006, p. 254). Aqui, pode-se ver mais um ponto de congruência com o pensamento de Freud, já que ele também trabalha a questão do mistério dentro do ambiente religioso, bem como a impossibilidade de se discutir determinados aspectos religiosos tal como é feito com os fundamentos científicos.

O autor aborda a questão, também tratada por Freud como já visto anteriormente, de que a religião seria o bastião da moralidade e sua demolição conduziria toda sociedade à anarquia e ao caos absolutos. Porém Dennett reconhece que essa idéia não há um consenso universal e a classifica como mera opinião. Seguindo essa linha o autor se questiona se a religião seria capaz de nos tornar moralmente melhores. Em sua reflexão ele chega à conclusão de que no decorrer dos tempos nosso sentido do que é moralmente bom foi sendo alterado bem como nossa noção do que Deus espera de nós, foi alterada. Sobre a questão se a religião é capaz de nos tornar melhores, é importante lembrar que os presídios estão cheios de cristãos, mulçumanos, judeus e ateus. Mas será que essa situação não seria pior se a religião não habitasse a maior parte das mentes? Assim, a espiritualidade vem sempre acoplada à bondade, bem como o materialismo alinhado à maldade. Dennett diz que *“não há motivo algum pelo qual*

uma descrença na imaterialidade ou imortalidade da alma deva fazer uma pessoa ser menos solícita, menos moral, menos comprometida com o bem-estar de todos na Terra do que alguém que acredite ‘no espírito’”. (DENNETT, 2006, p. 322). E assim reconhece a dificuldade em superar essa ligação equivocada entre espírito e bondade que foi consolidada durante séculos.

O que Dennett realiza em toda sua obra é demonstrar que há motivos suficientemente fortes para se questionar a religião e os preceitos da fé a fim de buscar informações claras e concretas sobre o assunto. Qualquer cientista que queira encontrar respostas plausíveis no universo da religiosidade deve, além de mergulhar nos textos sagrados, nos modos de vida de seus participantes, deve se amparar em várias áreas do conhecimento, sempre com bases na ciência como forma de produzir conhecimentos que possam ser livremente debatidos, contestados e corrigidos, caso seja necessário. Nenhum assunto deverá ser tratado como tabu e, por isso, deixado de lado como algo que não pode ser questionado. A ciência deve se abrir a uma pesquisa séria para descobrir as bases biológicas, psicológicas e culturais do fenômeno religioso. A religião deve ser mais livremente debatida nas escolas, mas longe de ficar por trás de véus e mistérios incompreensíveis à mente humana. Os mais crentes e apegados à religião deveriam ser os primeiros a defenderem essa empreitada a fim de confirmarem tudo aquilo em que acreditam e terem motivos concretos e convincentes de persuasão de novos devotos. Somente através de uma pesquisa séria, de consciência limpa e livre de uma fé cega, será possível descobrir se a religião é um produto do instinto evolutivo ou apenas um fenômeno cultural transmitido pelas gerações; ou mesmo alguma alternativa ainda não percebida. Apenas o aprofundamento das pesquisas poderá responder a essa questão. Assim Dennett nos incentiva: *“Então, aqui está a única receita que vou dar categoricamente e sem reservas: pesquisem mais.”* (DENNETT, 2006, p. 330).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise do entendimento sobre “*religião natural*” na visão dos autores David Hume, Sigmond Freud e Daniel Dennett, expostos nas obras *História da Religião Natural*, *O Futuro de uma Ilusão* e *Quebrando o encanto*, respectivamente, podemos apontar os pontos de interseção e as discordâncias entre suas teorias. Mesmo tendo sido publicadas em diferentes épocas, *História da Religião Natural* em 1757, *O Futuro de uma Ilusão* em 1927 e *Quebrando o Encanto* em 2006, é possível ter uma idéia de como o tema foi tratado ao longo dos anos. É possível verificar como, apesar do conceito manter um núcleo fixo, diferentes pensadores com diferentes inclinações abordaram a questão.

Hume mostra através de seu pensamento sobre a origem da religião, não entender a revelação como estopim inicial do fenômeno religioso. Com uma visão do surgimento da religião derivada da incompreensão do funcionamento da natureza, que por sua vez ocasionou o medo dos fenômenos observados, deixa claro que a revelação não pode ser considerada fundação de qualquer religião, como é o caso do cristianismo e do islamismo. O homem, ao se deparar com fenômenos naturais que estavam além de sua compreensão, viu-se dependente de forças que controlavam esses fenômenos. Essa busca de respostas levou o homem a conduzir sua imaginação a seres poderosos que controlavam os fenômenos naturais e, por isso, eram dignos de adoração e culto. Essa linha de pensamento deixa claro o entendimento de uma religião natural ao desprezar a revelação como gatilho inicial. Na seqüência evolutiva do pensamento religioso, para Hume, o politeísmo, como forma mais primitiva, foi a primeira maneira de expressão religiosa, seguindo-se pelo monoteísmo, forma mais elaborada e complexa do pensamento religioso.

Esse entendimento de religião que não se derivou de uma revelação do divino e que também não se ampara em aspectos sobrenaturais possui muita concordância com a posição de Rousseau. Rousseau foi inserido neste trabalho para apoiar os argumentos de Hume, pois possuem visões muito semelhantes. O pensador francês, não por acaso, coloca toda sua argumentação a favor de uma

religião natural na boca de um personagem que intencionalmente era padre. Esse detalhe nos mostra que mesmo defendendo uma posição racional e uma religião natural, Rousseau não se mostra ateu ou a favor de uma eliminação da religião. Hume, em uma posição semelhante, ao final da obra vista no primeiro capítulo deste trabalho, não propõe nenhuma medida no sentido de eliminar a religião e de expor alguma posição clara de ateísmo, mas demonstra uma posição agnóstica e de suspensão do juízo. O autor inglês, ao fazer sua opção pela manutenção da dúvida e da incerteza, assim como o posicionamento de Rousseau, mostra que a defesa de uma religião natural sem a aceitação de dogmas e da salvação sobrenatural, não necessariamente conduz a um pensamento ateu. É perfeitamente conciliável o questionamento racional dos preceitos religiosos e uma crença sincera. Hume defendia uma crença baseada em provas e argumentos tão sólidos quanto os oferecidos pela ciência ou a geometria em detrimento de experiências místicas e caminhos extracientíficos.

Já Freud apresenta uma idéia sobre a gênese do pensamento religioso diferente da apresentada por Hume, mas também descolada de uma revelação feita pelo sagrado. Na visão de Freud, o pensamento religioso surge do sentimento infantil de desamparo sentido pela criança que busca proteção na figura paterna. Mas ao longo da vida, esse sentimento de desamparo é ampliado e fez com que o homem se agarrasse cada vez mais à idéia de um pai superior e infinitamente mais poderoso. Deus, então, oferece conforto frente ao desamparo, além de aliviar os sacrifícios impostos pela cultura. Essa idéia da origem do pensamento religioso com bases psicológicas é claramente uma visão de uma religião natural, já que não há elementos sobrenaturais ou vestígios de revelações divinas.

Assim a religião é vista como uma neurose universal por Freud e, tal como a da criança, tem relação com o complexo de Édipo. Assim a humanidade terá como destino a superação dessa neurose universal, assim como a criança, através do processo de crescimento e amadurecimento, supera seu sentimento de desamparo. A sociedade, portanto, ao atingir um nível suficiente de amadurecimento inevitavelmente abandonará a religião. Para Frankl, crítico de Freud e defensor da análise existencial, a religião não seria uma ilusão ou um

delírio coletivo, visto que é parte de uma decisão que se dá individualmente no interior de cada pessoa. A verdadeira religiosidade se dá quando o indivíduo se decide por ela em seu interior. Neurose obsessiva, portanto, seria não a religião em si como Freud defende, mas uma religiosidade doente. Uma diferença básica entre Frankl e Freud é a própria visão da religião. Freud vê a religião apenas como um fenômeno coletivo, enquanto Frankl a vê como um fenômeno individual.

Aqui é possível identificarmos algumas semelhanças e diferenças na defesa da religião natural feitas por Freud e Hume. Apesar de ambos atribuírem a origem da religião em bases sociológicas e/ou psicológicas, Freud se distingue ao apresentar um posicionamento ateu ao prever o descarte da religião após o amadurecimento da sociedade. Freud não atribui nenhum fundamento sobrenatural ou experiência mística a essa ideia de religião.

Mas mesmo prevendo o descarte da religião, Freud não acredita naqueles que defendem a religião atual como sustentáculo da moral, e que o fim da religião conduziria a sociedade ao caos absoluto. Para Freud, as leis morais devem ser retiradas da religião e atingidas apenas pela racionalidade, ou seja, todos devem entender que sua origem é humana. Para isso todos deveriam ter consciência de seu desamparo e insignificância diante do mundo. Mas, seria possível que apenas o entendimento de que as leis morais são formulações humanas e o entendimento da insignificância humana seria suficiente para ocupar o papel consolador da religião? O fato de a ciência ter explicado vários fenômenos antes incompreendidos, através do emprego da racionalidade, não impediu que pessoas fizessem uma opção pela crença e pelo espiritual.

Dennett, em sua obra *Quebrando o encanto*, deixa claro seu entendimento sobre religião natural. Já no início da obra ele refina seu conceito de *natural* mostrando que é aquilo que não é sobrenatural, visto que a religião é uma construção humana. Assim, ao defender uma religião que não tenha em sua base nenhum elemento sobrenatural ou místico, Dennett se aproxima dos dois pensadores já descritos nesse trabalho. Apresenta algumas teorias sobre o surgimento da religião e como ela foi um fenômeno planejado pela evolução para reforçar os laços de união dentro dos grupos humanos.

Por ver a religião como um tema de extrema importância na vida humana, Dennett defende, com razão, uma maior atenção a esse tema tanto pela ciência como pela comunidade em geral. O encanto que deve ser quebrado, portanto, é o tabu que uma pesquisa mais séria e conclusiva sobre a religiosidade representa. Essa pesquisa somente pode ser feita empregando-se métodos científicos e racionais para a obtenção de respostas seguras que poderão ser livremente debatidas e repensadas como qualquer teoria científica. Assim, Dennett defende a colocação da religião sob os holofotes da ciência bem como a superação do preconceito que o tema religião ainda carrega.

Assim como Hume, Dennett descarta uma religião baseada em aspectos sobrenaturais e místicos, além de desprezar qualquer fundamento ilógico ou extracientífico. Os milagres, por exemplo, por seu caráter sobrenatural, não devem ser dignos de adoração, mas de pesquisa séria. Nessa linha, Rousseau também critica a crença nos milagres. Para Dennett, aqueles que crêem em milagres deveriam ser os primeiros a colocá-los sob investigação séria da ciência para que enfim, possa ser confirmado ou, se for o caso, serem descartados.

Ao entender a origem da religião não como algo que partiu de uma revelação divina, Dennett segue a linha de Hume e Freud no entendimento da religião natural. Porém, Dennett não prevê como Freud, um descarte inevitável da religião. Ele defende uma investigação séria na qual os argumentos baseados puramente na fé e sem comprovação racional devessem ser deixados de lado. A partir, então, das conclusões derivadas desse estudo sério e criterioso, obteremos as respostas que nos dirão se, de fato, a religião é benéfica à sociedade, e por isso deve ser mantida, ou se ela não oferece nenhum benefício e deve ser descartada. Quanto às conclusões e propostas, Dennett se coloca entre a posição agnóstica de manutenção da dúvida e suspensão do juízo de Hume, e o posicionamento ateu de abandono da religião pela sociedade quando ela atingir um nível suficiente de maturidade defendido por Freud. Dennett não defende simplesmente a extinção da religião ou sua manutenção, mas sim uma busca séria por respostas que condenarão ou absolverão a religião.

Podemos dizer, dessa forma, que os três autores em questão, Hume, Freud e Dennett, partiram de um mesmo ponto – da defesa de uma religião

natural que descarta a revelação como ponto de partida e despreza os aspectos sobrenaturais e místicos – e, percorrendo caminhos distintos de investigação, chegaram a pontos com algumas distinções entre eles. Apesar da distinção de suas conclusões, os três autores mostram uma visão em comum sobre o pensamento religioso, sendo ele embasado principalmente em aspectos sociológicos e psicológicos, ou melhor, uma religião natural que despreza aspectos não lógicos, irracionais e sobrenaturais como os das religiões tradicionais.

É claro que a revelação divina não passou sem defensores ao longo dos tempos. Vários autores escreveram obras em defesa dos aspectos sobrenaturais e da revelação, como Pascal. John Conybeare foi outro autor a defender a revelação, como disse Reale e Antiseri, ele, *“persuadido da falibilidade e da insuficiência da razão humana, afirmou que, como Newton foi necessário para desvelar os segredos da astronomia, da mesma forma a revelação divina foi necessária para indicar a autêntica verdade religiosa.”* (REALE, ANTISERI, 1990, p. 787).

Como pode parecer a alguns, a busca da defesa de uma religião natural ou do entendimento de uma religião como fenômeno natural não necessariamente conduzirá a um pensamento ateuista como o proposto por Freud. A defesa da religião natural estimula o pensamento crítico a respeito da religiosidade e pode trazer conforto frente aos dogmas e mistérios incompreensíveis das religiões, já que, como Rousseau mesmo descreveu, a existência de Deus pode ser observada na percepção do ordenamento contínuo do universo e do movimento da matéria, sem apoio, portanto, de dogmas como o do pecado original ou da salvação sobrenatural. Ao trazer esse conforto frente aos pontos incompreensíveis da religião, toca-se em um ponto comum aos três pensadores que é o questionamento das bases da religião, algo que não é estimulado nem permitido quando se fala de religião entre crentes não críticos. Principalmente Dennett, ao defender uma pesquisa racional sobre a religião, defende um debate livre e aberto de todos os pontos do fenômeno religioso, tanto por parte dos membros das religiões, quanto por parte de qualquer pessoa interessada no assunto.

A quebra do tabu na busca de respostas e fundamento da crença religiosa por meio de uma pesquisa séria somente poderá trazer benefícios, pois afirmará com mais rigor a crença de quem nela crê, ou então mostrará a possível falsidade das religiões e a má fé de seus líderes ao longo dos milênios. Com isso, os próprios crentes devem mostrar-se a favor dessa pesquisa, visto que poderão obter a confirmação ou não de tudo aquilo que a fé já mostrou a eles.

BIBLIOGRAFIA

DENNETT, Daniel C. *Quebrando o encanto: a religião como fenômeno natural*. Trad. Helena Londres. São Paulo: Globo, 2006.

FRANKL, Viktor E. *A presença ignorada de Deus*. Trad. Walter O. Schlupp e Helga H. Reinhold. 11ª edição. Petrópolis: Vozes, 2007.

FREUD, Sigmund. *O futuro de uma ilusão*. Trad. Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2010.

HUME, David. *História natural da religião*. Trad. Jaimir Conte. São Paulo: Unesp, 2005.

REALE, Gioavanni. ANTISERI, Dario. *História da filosofia: Do Humanismo a Kant*. V. II. São Paulo: Paulus, 1990.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da Educação*. Trad. Sérgio Milliet. 3ª edição. São Paulo: Difel, 1973.

PASCAL, Blaiser. *Pensamentos*. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Abril, 1973.

Bibliografia Eletrônica

<http://www.cfh.ufsc.br/~conte/txt-fieser2.pdf>. Acessado em 05/09/2011.